

**PBH ATIVOS S.A.**  
**CNPJ/MF n. 13.593.766/0001-79**  
**NIRE 31300097081**

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2017**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada aos 10 dias do mês de maio de 2017, às 17:30h, na sede da PBH ATIVOS S.A., localizada na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Getúlio Vargas, nº 1245, 12º Andar, Bairro Savassi, CEP 30.112-024.

2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, em virtude da presença da totalidade dos membros eleitos do Conselho de Administração da Companhia, a saber: Sr. Pedro Meneguetti, Sr. Fuad Jorge Noman Filho, Sr. Eugênio Eustáquio Veloso Fernandes, Sr. André Abreu Reis, Sra. Maria Fernandes Caldas, Sra. Miriam Aparecida Silva Maciel, Sr. Paulo Roberto Lamac Júnior, Sr. Leonardo de Araújo Ferraz e Sra. Adriana Branco Cerqueira. Presentes, ainda, o Diretor Presidente da Companhia, Pedro Meneguetti e a Diretora Executiva, Soraya de Fátima Mourthé Marques Lage.

3. **MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Fuad Jorge Noman Filho e secretariados pelo Sr. Pedro Meneguetti.

4. **ORDEM DO DIA:**  
Deliberar sobre:

- i. Minuta do 1º Termo Aditivo ao Contrato da PPP da Iluminação Pública do Município de Belo Horizonte.
- ii. Aprovação acerca da apresentação de defesa em prol do ex-Diretor Presidente da PBH Ativos S/A, Sr. Júlio Onofre Mendes de Oliveira.

5. **DELIBERAÇÕES:**

- i. Fica aprovada a minuta do 1º Termo Aditivo ao Contrato da PPP da Iluminação Pública do Município de Belo Horizonte, cuja versão segue em anexo. Segue, ainda, em anexo a apresentação feita nesta oportunidade.
- ii. Fica aprovada a apresentação de defesa em prol do ex-Diretor Presidente da PBH Ativos S/A, Sr. Júlio Onofre Mendes de Oliveira, na Ação Civil Pública de nº 5044155-98.2017.8.13.0024, em consonância ao art. 9º-B, do Decreto 14.444/2011.

**ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata, em forma de sumário, que, lida, conferida e achada conforme, **foi por todos assinada**. Mesa: Fuad Jorge Noman Filho – Presidente e Pedro Meneguetti – Secretário. Membros do Conselho de Administração Presentes: Sr. Pedro Meneguetti, Sr. Fuad Jorge Noman Filho, Sr. Eugênio Eustáquio Veloso Fernandes, Sr. André Abreu Reis, Sra. Maria Fernandes Caldas, Sra. Miriam Aparecida Silva Maciel, Sr. Paulo Roberto Lamac Júnior, Sr. Leonardo de Araújo Ferraz e Sra. Adriana Branco Cerqueira. Presentes, ainda, o Diretor Presidente da Companhia, Pedro Meneguetti e a Diretora Executiva, Soraya de Fátima Mourthé Marques Lage.





**PBH ATIVOS S.A.**  
**CNPJ/MF n. 13.593.766/0001-79**  
**NIRE 31300097081**

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2017**  
**Certifico que a presente é cópia da ata original lavrada em livro próprio.**


Belo Horizonte, 10 de maio de 2017.


Mesa:


  
Fuad Jorge Noman Filho  
Presidente

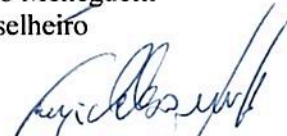
  
Pedro Meneguetti  
Secretário

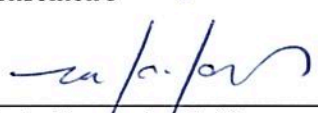
Membros do Conselho de Administração:

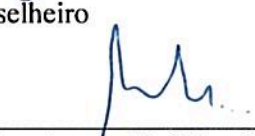
  
Fuad Jorge Noman Filho  
Conselheiro/Presidente

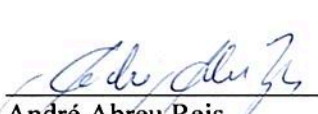
  
Pedro Meneguetti  
Conselheiro


  
Paulo Roberto Lamac Júnior  
Conselheiro

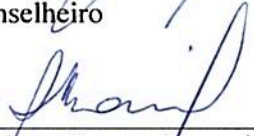
  
Eugênio Eustáquio Veloso Fernandes  
Conselheiro

  
Maria Fernandes Caldas  
Conselheira

  
Miriam Aparecida Silva Maciel  
Conselheira

  
André Abreu Reis  
Conselheiro

  
Leonardo de Araújo Ferraz  
Conselheiro

  
Adriana Branco Cerqueira  
Conselheira

Diretor Presidente da Companhia:

  
Pedro Meneguetti

  
Soraya de Fátima Mourthé Marques Lage



## PPP DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

### RESUMO DAS ALTERAÇÕES DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO



## A PPP DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

### DADOS GERAIS DO CONTRATO: Resumo

- **Objeto** Modernização, ampliação, eficiência energética, operação e manutenção do parque de iluminação pública do Município (aproximadamente 180.000 pontos)
- **Status** Contrato assinado em julho/16.
- **Gestor do Contrato** SMOBI – Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
- **Modalidade** Concessão Administrativa
- **Prazo do Contrato** 20 anos
- **Valor do Contrato:** R\$ 1 bilhão
- **Contraprestação:** R\$ 49,8 milhões/ano\*
- **Investimento CAPEX (estimado):** R\$497 milhões\*

Consórcio vencedor da licitação é formado por:

- Barbosa Mello (líder)
- Planova
- Remo
- Selt

\*Valores com data-base em maio/2015





## 1 - ATIVIDADES RELACIONADAS/RECEITAS ACESSÓRIAS

- As receitas acessórias serão compartilhadas entre as partes na proporção de no mínimo 10% até 30% da receita bruta apurada na exploração da Atividade Relacionada, observada a repartição igualitária do lucro.
- A proposta de ATIVIDADE RELACIONADA deverá ser apresentada de forma detalhada com os respectivos demonstrativos acerca do investimento previsto, o fluxo de caixa de receitas futuras, taxa de retorno, público alvo, proposta de rateio da receita bruta, bem como outras informações necessárias ao melhor entendimento do negócio.
- O PODER CONCEDENTE poderá propor e/ou executar direta ou indiretamente Atividade Relacionada que for de seu interesse, na hipótese da CONCESSIONÁRIA não se manifestar no sentido de querer executar.
- O PODER CONCEDENTE poderá fazer uso da rede municipal de iluminação pública, bem como da infraestrutura tecnológica implantada pela Concessionária.



## 2 - SALDO MÍNIMO DA CONTA RESERVA

- A CONTA RESERVA receberá depósito correspondente a **20% (vinte por cento)** do valor do APORTE ( **R\$ 20 milhões**) previsto no CONTRATO, acrescido de 3 (três) vezes do VALOR MÁXIMO DA CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL.

## 3 - DIVERGÊNCIAS QUANTO À CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL

- Previsão de que persistindo divergências quanto ao valor da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL **apenas os valores incontroversos deverão ser regularmente pagos à CONCESSIONÁRIA**, sendo que **a parte controversa** da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL deverá **permanecer depositada** na CONTA VINCULADA até a decisão final do tribunal arbitral.



#### **4 - DO BÔNUS SOBRE A CONTA DE ENERGIA**

- Caso seja comprovada redução superior a 65% (sessenta e cinco por cento) do valor relacionado ao consumo de energia elétrica, o compartilhamento com a CONCESSIONÁRIA, a partir deste percentual de redução, será de 50% (cinquenta por cento) do valor economizado pelo PODER CONCEDENTE.

#### **5 - DO CRONOGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO**

- A CONCESSIONÁRIA deverá modernizar a rede de iluminação até 31 de dezembro de 2020.



## 6 - DAS DIRETRIZES DE MODERNIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO

- Ficou expressamente estabelecido que a CONCESSIONÁRIA, nos primeiros MARCOS de execução dos serviços, deverá priorizar as áreas mais densas da cidade, com menores níveis educacionais e de renda e/ou apresentem alto índice de ocorrência de crimes e acidentes envolvendo veículos automotores, baseando-se no fato de que estes locais se beneficiariam de efeitos sociais e urbanísticos maiores com uma melhor infraestrutura de ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

## 7 - DA ORDEM INICIAL DOS SERVIÇOS

- A emissão da Ordem Inicial dos serviços terá nova data, a ser estabelecida.





## **8 – PLANO DE TRANSIÇÃO**

- As sugestões trazidas pela PRODABEL serão incorporadas ao CONTRATO dentro do PLANO DE TRANSIÇÃO.

## **9 – DEMAIS PONTOS**

- Os demais pontos alterados se tratam apenas de pequenas melhorias e correções na redação do CONTRATO.
- Por fim, está expressamente previsto que o valor do CONTRATO será mantido, bem como que as partes renunciam a eventual e qualquer reequilíbrio e/ou indenização em decorrência das alterações.



## Sugestões da PRODABEL

### **A incorporação das sugestões possibilitará a criação de aplicações voltadas para Smart City**

- Deverão ser utilizadas tomadas NEMA 7 pinos em todas as luminárias, inclusive nas vias classificadas como V3, V4 e V5, com capacidade para recebimento de controladores do SISTEMA DE TELEGESTÃO para futura evolução do sistema;
- Deverão ser utilizados padrões de mercado e protocolos abertos, garantindo a interoperabilidade de equipamentos, inclusive dos sensores da Smart City, em todas as camadas da rede de comunicação de dados;
- A CONCESSIONARIA deverá fornecer toda documentação técnica necessária para integração e interoperabilidade de sensores com a infraestrutura instalada;
- Os equipamentos instalados em ambiente externo deverão possuir grau de proteção mínimo IP65;
- Os equipamentos parte da solução - luminárias, sensores, rádios de comunicação, etc. - deverão atender às exigências legais e ser homologados pelos órgãos competentes quando aplicável;



## Sugestões da PRODABEL

- A CONCESSIONARIA deverá fornecer solução técnica para disponibilizar canal de comunicação capaz de efetuar a transmissão/repetição dos dados, com banda média de 100 Kbps garantindo a estabilidade da comunicação e preservação da fruição de tráfego;
- A CONCESSIONARIA deverá garantir o desempenho mínimo exigido para a rede de transmissão de dados independentemente do número de saltos ou repetições para conexão com o concentrador de comunicação;
- Deverá ser garantida a comunicação segura dos dados transmitidos na rede, dos sensores até o CCO, através da utilização de criptografia com no mínimo 128 bits;
- A CONCESSIONARIA deverá garantir conexão de dados adequada para os concentradores da solução de acordo com a necessidade de tráfego para atender ao sistema de Telegestão e às aplicações de Smart City agregadas à solução, preferencialmente por Fibra Óptica (FO).
- As partes trabalharão em Laboratório Aberto na PRODABEL e em via do corredor central do Município de Belo Horizonte, com o objetivo de explorar as funcionalidades agregadas pela infraestrutura tecnológica na ótica de Smart City.





NOTA TÉCNICA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONCESSIONÁRIAS – DPGC-SD - SUDECAP

ANÁLISE DO PLANO DE TRANSIÇÃO (REVISÃO 2) – BH IP S.A.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01-162.894/15-31

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº AJ 016/2016

Em curso para a emissão da Ordem de Serviço Inicial à BH IP S.A., o Poder Concedente Municipal representado pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI - SUDECAP, resolveu propor o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Administrativa Para a Prestação dos Serviços de Iluminação Pública no Município de Belo Horizonte.

No âmbito das negociações, dentre outras modificações, resolveu solicitar a alteração do Plano de Transição por acréscimo de itens em seu Capítulo 4. Considerando-se que o Plano de Transição já foi analisado e aprovado por Nota Técnica anterior, nossa análise e atestação objetiva exclusivamente a parte alterada do Capítulo 4 reapresentado para atender ao Primeiro Aditivo Contratual.

As modificações ocorreram especificamente ao final do item 4.1.1, por acréscimo do seguinte texto:

*“A infraestrutura proposta pela CONCESSIONARIA possibilitará a criação de aplicações voltadas para Smart City desde que sejam atendidas as recomendações técnicas listadas a seguir:*

- Deverão ser utilizadas tomadas NEMA 7 pinos em todas as luminárias, inclusive nas vias classificadas como V3, V4 e V5, com capacidade para recebimento de controladores do SISTEMA DE TELEGESTÃO para futura evolução do sistema;
- Deverão ser utilizados padrões de mercado e protocolos abertos, garantindo a interoperabilidade de equipamentos, inclusive dos sensores da Smart City, em todas as camadas da rede de comunicação de dados;
- A Concessionária deverá fornecer toda documentação técnica necessária para integração e interoperabilidade de sensores com a infraestrutura instalada;
- Os equipamentos instalados em ambiente externo deverão possuir grau de proteção mínimo IP65;
- Os equipamentos parte da solução - luminárias, sensores, rádios de comunicação, etc. - deverão atender às exigências legais e ser homologados pelos órgãos competentes quando aplicável;
- A CONCESSIONARIA deverá fornecer solução técnica para disponibilizar canal de comunicação capaz de efetuar a transmissão/repetição dos dados, com banda média de 100Kbps garantindo a estabilidade da comunicação e preservação da fruição de tráfego;
- A CONCESSIONARIA deverá garantir o desempenho mínimo exigido para a rede de transmissão de dados independentemente do número de saltos ou repetições para conexão com o concentrador de comunicação;
- Deverá ser garantida a comunicação segura dos dados transmitidos na rede, dos sensores até o CCO, através da utilização de criptografia com no mínimo 128 bits;
- A CONCESSIONARIA deverá garantir conexão de dados adequada para os concentradores da solução de acordo com a necessidade de tráfego para atender ao sistema de Telegestão e às aplicações de Smart City agregadas à solução, preferencialmente por Fibra Óptica (FO).

*As partes trabalharão em Laboratório Aberto na PRODABEL, para estudo em conjunto, em via do corredor central do Município de Belo Horizonte, com o objetivo de explorar as funcionalidades agregadas pela infraestrutura tecnológica na ótica de Smart City.*”

Os acréscimos atribuem requisitos técnicos adicionais a serem cumpridos pela CONCESSIONÁRIA, com o objetivo de dar maior garantia para o sucesso da utilização da rede de Iluminação Pública como uma infraestrutura tecnológica, para a implementação de sistemas voltados ao conceito Smart City – Cidades Inteligentes - sem prejuízo dos requisitos técnicos anteriormente especificados.



Os requisitos adicionais facilitarão o compartilhamento da rede de Iluminação Pública com aplicativos e plataformas de soluções de TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação, como camada tecnológica, principalmente do ponto de vista de: capilaridade de captação de sinais e dados, flexibilidade na customização de solução de problemas para melhor atender aos cidadãos, transporte de dados aos Centros de Processamento e apresentação de resultados.

Atestamos que a CONCESSIONÁRIA ao se comprometer com o atendimento às respectivas exigências técnicas adicionais mantém-se de acordo com os objetivos gerais da CONCESSÃO, bem como do CONTRATO que agora recebe o Primeiro Termo Aditivo e também de acordo com as exigências editalícias, sem prejuízo de compromissos técnicos anteriormente determinados ao seu encargo contratual.

Belo Horizonte, 03 de maio de 2017

Assinam esta Nota Técnica os seguintes servidores do Poder Concedente:

  
Helbert Conceição Oliveira BM Nº 27139

  
Carlos Alberto Santos BM Nº 27279

  
Fernando Lincoln Lima BM Nº 10244

  
José Maurício Valério BM Nº 272257



## NOTA TÉCNICA

### 1º TERMO ATIVO AO CONTRATO DA PPP DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Em 13 de julho de 2016, a BH ILUMINAÇÃO PÚBLICA S.A. celebrou com o MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, e SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL – SUDECAP o CONTRATO de Parceria Público-Privada (“CONTRATO”), na modalidade Concessão Administrativa, tendo por objeto os serviços de iluminação pública no Município de Belo Horizonte, incluídos o desenvolvimento, modernização, ampliação, eficiência energética, operação e manutenção da Rede Municipal de Iluminação Pública.

A contratação decorreu do Edital de Concorrência SMOBI nº 005/2016, Processo administrativo nº 01.162.894/15-31 e tem regência legal pelos artigos 175 e 197 da Constituição Federal, pela Lei Federal nº 11.079/04, Lei Federal nº 8.987/95, Lei Federal nº 9.074/95, Lei Federal nº 8.666/93, Lei Municipal nº 9.038/05, bem como outros atos normativos editados pelo Poder Concedente, conforme Cláusula 1ª do CONTRATO.

Ocorre que se verificou a necessidade de melhorias e esclarecimentos na redação de algumas cláusulas do CONTRATO, pelo que se passa a justifica-las:

#### **1 - ATIVIDADES RELACIONADAS/RECEITAS ACESSÓRIAS**

Primeiramente, tem-se que foi identificada a conveniência de se alterar o dispositivo contratual que trata do compartilhamento das receitas acessórias/atividades relacionadas. Neste sentido, as receitas acessórias que antes seriam compartilhadas “na proporção de até 10% (dez por cento) da receita bruta apurada na exploração da ATIVIDADE RELACIONADA em favor do PODER CONCEDENTE”, passarão a ser compartilhadas “na proporção de no mínimo 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento) da receita bruta apurada na exploração da ATIVIDADE RELACIONADA, em favor do PODER CONCEDENTE”.

Veja-se que tal condição é benéfica ao PODER CONCEDENTE, haja vista que a sua parcela no compartilhamento que antes era de até 10% (dez por cento) da receita bruta passou a ser de no mínimo 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento) da receita bruta. Entende-se, portanto, que as condições contratuais foram distribuídas de forma mais justa, permitindo que a CONCESSIONÁRIA permaneça com ganhos razoáveis pelas atividades relacionadas exploradas sem, contudo, deixar o PODER CONCEDENTE alheio aos ganhos ou que estes sejam ínfimos, tendo a CONCESSIONÁRIA concordado com os novos percentuais.

Além disso, diante da preocupação do PODER CONCEDENTE de fazer de Belo Horizonte uma cidade inteligente (“*smart city*”) e vendo o potencial que a rede de Iluminação Pública e o presente Contrato possuem para melhorar a vida de seus cidadãos, restou prevista a possibilidade da Administração Pública executar direta ou indiretamente as atividades relacionadas que for de seu interesse, na hipótese da CONCESSIONÁRIA não se manifeste no sentido de querer executar. Assim os cidadãos não ficariam desamparados em relação a determinado serviço/atividade caso a CONCESSIONÁRIA se recuse ou fique inerte.

Ainda em relação à preocupação de se ter uma cidade inteligente e com o intuito que o PODER CONCEDENTE não fique impedido de utilizar as instalações da rede e tecnológicas, restou expressamente previsto que o PODER CONCEDENTE poderá fazer uso da rede municipal de iluminação pública, bem como da infraestrutura tecnológica implantada pela CONCESSIONÁRIA, desde que o uso não comprometa as atividades regulares da CONCESSIONÁRIA e que os ônus econômicos decorrentes dessa utilização excepcional sejam arcados pelo próprio PODER CONCEDENTE.



## 2. DO SALDO MÍNIMO DA CONTA RESERVA

O Anexo 9, do CONTRATO, prevê o valor total do Aporte, que perfaz o montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de Reais). Ademais tem-se que o Poder Concedente teria que depositar o importe de R\$ 100 milhões para a composição da Conta Reserva, na data da celebração do Contrato com a Instituição Financeira Depositária.

Ocorre que em virtude da dificuldade financeira experimentada em âmbito nacional, foi negociado entre as partes signatárias do CONTRATO que a composição da Conta Reserva iria ser feita de maneira diversa da prevista.

Desta feita, quando da assinatura do Contrato com a instituição financeira depositária as partes acordaram que Conta Reserva passaria composta pelo montante equivalente a 3 (três) vezes o valor máximo da contraprestação mensal, acrescido do valor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do APORTE, ou seja, R\$20 milhões e não R\$100 milhões como previamente previsto.

Necessário ressaltar que valor devido pelo Poder Concedente a título de Aporte continuará a ser o mesmo previsto no CONTRATO, sendo que cumpridos cada um dos 5 (cinco) marcos do cronograma de modernização e eficientização pela Concessionária, o PODER CONCEDENTE deverá pagar R\$ 20 milhões por cada, num total de R\$ 100 milhões. Destarte, o que muda é: a Conta Reserva que antes teria o total do valor do Aporte devido, agora passará a ter 20% do total, equivalente a R\$ 20 milhões, acrescido de 3 (três) vezes o valor máximo da contraprestação mensal e o primeiro depósito será feito na data de eficácia do Contrato.

Evidentemente, a desnecessidade do depósito *a priori* do montante total do Aporte trata-se de condição mais favorável à Administração, mas que não se traduz em um prejuízo da CONCESSIONÁRIA, uma vez que o valor a ser pago à mesma permanecerá inalterado.

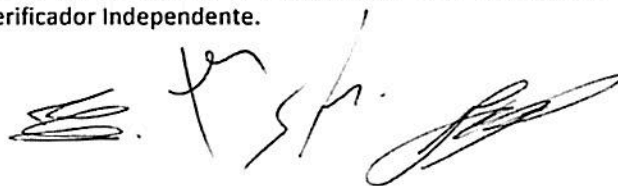
Observe-se, ainda, que na medida em que o Aporte for sendo pago à CONCESSIONÁRIA, o valor correspondente na conta reserva será recomposto, na mesma proporção de 20% (vinte por cento) do valor do Aporte, até o pagamento do 5º e último marco, quando finda a obrigação contratual de pagamento do Aporte.

Por todo exposto, tem-se que o cenário de crise econômica que se encontra o país motivou o ajuste a composição da Conta Reserva, tendo o ajuste entre as partes signatárias do CONTRATO se traduzido em condições mais favoráveis à Administração.

## 3 DAS DIVERGÊNCIAS QUANTO À CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL

Conforme previsto na minuta do aditivo, tem-se que persistindo divergências quanto ao valor da contraprestação mensal apenas os valores incontroversos deverão ser regularmente pagos à CONCESSIONÁRIA, sendo que a parte controversa da contraprestação mensal deverá permanecer depositada na conta vinculada até a decisão final do tribunal arbitral.

A cláusula se justifica diante da insegurança quanto a perpetuação de pagamento de valores que as partes não concordem. Ou seja, enquanto antes previa-se que o valor controverso, para mais ou para menos, continuaria a ser pago, agora, havendo controvérsia que a COMISSÃO TÉCNICA não consiga resolver, estes valores passarão a ser reservados na Conta Vinculada até que se cesse a controvérsia. Verifica-se que tal condição preserva as partes quanto a divergências nos indicadores de desempenho e eventuais equívocos do Verificador Independente.



#### 4 - DO BÔNUS SOBRE A CONTA DE ENERGIA

Restou previsto que caso seja comprovada redução superior a 65% (sessenta e cinco por cento) do valor relacionado ao consumo de energia elétrica, o compartilhamento com a CONCESSIONÁRIA, a partir deste percentual de redução, será de 50% (cinquenta por cento) do valor economizado pelo PODER CONCEDENTE.

Pois bem. De forma a mitigar eventual ganho exacerbado da CONCESSIONÁRIA caso, no futuro, exista uma tecnologia capaz de diminuir a conta de energia elétrica a patamares elevadíssimos, incluiu-se que a partir de 65% de redução da conta, o compartilhamento será diminuído de 90% para 50%. Assim, criou-se dois níveis de compartilhamento, sendo que comprovada a redução superior a 49% do valor da conta de energia elétrica até o patamar de 65%, o compartilhamento será de 90% do valor economizado para a CONCESSIONÁRIA. Por sua vez, havendo 65% de redução da conta o compartilhamento, a partir deste patamar, cairá para 50% do valor economizado para a CONCESSIONÁRIA.

#### 5. DO CRONOGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO

Ficou estabelecido que a CONCESSIONÁRIA deverá modernizar a rede de iluminação até 31 de dezembro de 2020. Destarte, o que antes estava estabelecido para ser cumprido em 5 anos foi reduzido por acordo de vontades das partes que visualizaram a possibilidade de adiantar os serviços e atender todos os cidadãos do Município em menor prazo e com a mesma qualidade.

#### 6 DAS DIRETRIZES DE MODERNIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO

De modo a atender a quem mais precisa de forma mais célere, ficou expressamente estabelecido que a CONCESSIONÁRIA, nos primeiros MARCOS de execução dos serviços, deverá priorizar as áreas mais densas da cidade, com menores níveis educacionais e de renda e/ou apresentem alto índice de ocorrência de crimes e acidentes envolvendo veículos automotores, baseando-se no fato de que estes locais se beneficiariam de efeitos sociais e urbanísticos maiores com uma melhor infraestrutura de ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

#### 7 - DA ORDEM INICIAL DOS SERVIÇOS

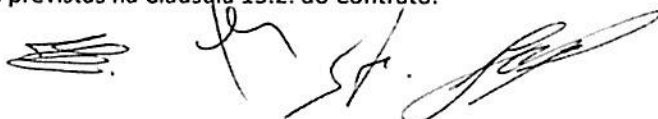
O Conselho Gestor de PPP – CGP, conforme consta em ata do dia 15/03/2017 (anexo), assim deliberou:

“Foi entendido que uma postura séria e responsável impõe que se esgotem os estudos sobre os fundamentos da contratação, o procedimento licitatório e as cláusulas contratuais antes da realização de qualquer novo ato, em especial a emissão da ordem de serviço.

Nesse sentido, o interesse público foi ressaltado, bem como a necessidade, portanto, do adiamento do prazo previsto na cláusula 13.2, sem reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante celebração de aditamento ao contrato.

Assim, restou deliberado que a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, enquanto gestora do contrato, acionará a Concessionária sobre esse entendimento do Município, para que tomem as providências necessárias à tal prorrogação do prazo previsto na Cláusula 13.2 do Contrato, em até 360 dias, contados a partir de 21/03/2017, por meio de Termo Aditivo assinado entre as partes”.

Desta forma, consoante ao entendimento do CGP, o Termo Aditivo indica novo prazo para a emissão da Ordem de Serviços e demais obrigações previstas na Cláusula 13.2. do Contrato.



## 8 – PLANO DE TRANSIÇÃO

As sugestões trazidas pela PRODABEL foram incorporadas ao CONTRATO dentro do PLANO DE TRANSIÇÃO, conforme justificativas já expostas em Nota Técnica do dia 03 de maio de 2017.

## 9 – DEMAIS PONTOS

Ressalte-se, ainda, que os pontos tratados na Cláusula 9 do Aditivo se tratam apenas de melhorias e pequenas correções na redação do CONTRATO.

Por fim, está expressamente previsto que o valor do CONTRATO será mantido, bem como que as partes renunciam a eventual e qualquer reequilíbrio e/ou indenização em decorrência das alterações.

Belo Horizonte, 08 de maio de 2017



Helbert Conceição Oliveira BM Nº 27139



Carlos Alberto Santos BM Nº 27279



Fernando Lincoln Lima BM Nº 10244



José Maurício Valério BM Nº 272257





Belo Horizonte, 10 de maio de 2017.

**PARECER**

**Referência:** Processo Administrativo nº. 01.162.894/15-31

**Assunto:** Proposta de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Administrativa AJ 016-2016 – PPP – Serviços de Iluminação Pública no Município de Belo Horizonte – alterações de cláusulas contratuais – aplicação do art. 58, I, da Lei 8.666/93 – manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato – Possibilidade.

**I – Relatório**

1. Trata-se de análise da regularidade do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Administrativa do Serviço de Iluminação Pública no Município de Belo Horizonte a ser celebrado entre este Município, com a interveniente da Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP, e a Sociedade de Propósito Específico, BH Iluminação Pública S.A., cujo objeto prevê alteração de cláusulas contratuais.
2. A minuta do Termo Aditivo foi encaminhada pelo Departamento de Gestão de Concessionárias da Diretoria de Manutenção da SUDECAP, juntamente com as Notas Técnicas – ANÁLISE DO PLANO DE TRANSIÇÃO (REVISÃO 2) – BH IP S.A., datada de 03 de maio de 2017, e 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DA PPP DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, datada de 08 de maio de 2017 – que se consubstanciam em justificativas para arrimar as alterações propostas e, ainda, com a Carta de Anuência da Concessionária na qual manifesta sua concordância com as alterações.
3. O Contrato de Parceria Público-Privada (PPP), na modalidade Concessão Administrativa, foi celebrado, em 13 de julho de 2016, com a BH Iluminação Pública S.A, Sociedade de Propósito Específico – SPE, constituída especialmente para a execução do objeto da concessão, a saber:

O objeto do CONTRATO é a delegação, por meio de concessão administrativa, da prestação dos SERVIÇOS no Município de Belo Horizonte, incluídos o desenvolvimento, modernização, ampliação, eficiência energética, operação e manutenção da REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, nela incluídas todas as UNIDADES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA localizadas dentro dos limites territoriais do Município de Belo Horizonte, na forma das diretrizes e especificações mínimas constantes nos ANEXOS 5, 6 e 7, bem como a CLASSIFICAÇÃO DE VIAS DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE do ANEXO 13 e o atendimento aos parâmetros dos SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO previstos no ANEXO 8. (Cláusula 4.1 do instrumento).



4. O instrumento contratual prevê que a outorga da Concessão e a vigência do Contrato terão o prazo de 20 (vinte) anos, contado a partir de 30 (trinta) dias após a publicação da Ordem Inicial de Serviço no Diário Oficial do Município – DOM<sup>1</sup>. Vale registrar que até a presente data, não houve emissão da Ordem de Serviço.

5. O objeto contratual deverá ser implementado, observando as seguintes fases: (i) Fase I – Preparação para assunção dos serviços; (ii) Fase II – Assunção dos serviços e planejamento para a Fase III; (iii) Fase III – Modernização e efficientização, iluminação de destaque e operação e manutenção da Rede Municipal de Iluminação Pública.

6. A modelagem dessa PPP prevê que, pela prestação dos serviços, a Concessionária fará jus ao recebimento da contraprestação mensal efetiva, calculada a partir do valor máximo da contraprestação mensal<sup>2</sup>, atrelada ao fator de modernização e efficientização<sup>3</sup>, bem como ao fator de desempenho<sup>4</sup>, podendo ser incorporado ao pagamento mensal o bônus sobre a conta de energia e, ainda, sendo adicionado, no mês subsequente ao cumprimento de cada um dos 05 (cinco) marcos do Cronograma de Modernização e Efficientização, o valor referente ao aporte<sup>5</sup>.

<sup>1</sup> De acordo com as subcláusulas 5.1 c/c o 13.3.1 do Contrato: 5.1. A outorga da CONCESSÃO e a vigência do presente CONTRATO terão o prazo de 20 (vinte) anos, contado a partir da DATA DE EFICÁCIA. 13.3.1. Após a emissão da ORDEM INICIAL DE SERVIÇOS, o PODER CONCEDENTE efetuará a respectiva publicação no DOM, sendo que a DATA DE EFICÁCIA para todos os fins deste CONTRATO, será 30 (trinta) dias após a publicação da ORDEM INICIAL DE SERVIÇOS no DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE -DOM.

<sup>2</sup> Consoante disposto na subcláusula 35.1 do contrato, o cálculo da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL terá como ponto de partida o VALOR MÁXIMO DE CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL, correspondente a R\$ 4.158.076,00 (quatro milhões, cento e cinquenta e oito mil e setenta e seis reais).

<sup>3</sup> De acordo com a subcláusula 2.1.26 (Cláusula 2 – Definições e Interpretação) do contrato, o FATOR DE MODERNIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO é o fator de ajuste da contraprestação em função do cumprimento aos MARCOS DO CRONOGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO, apurado conforme regras e diretrizes apresentadas no ANEXO 8;

<sup>4</sup> Nos termos da subcláusula 2.1.25, o FATOR DE DESEMPENHO é equivalente ao fator de ajuste da contraprestação ao desempenho apresentado pela CONCESSIONÁRIA em função do ÍNDICE DE DESEMPENHO apurado no último trimestre de apuração, conforme regras e diretrizes apresentadas no ANEXO 8;

<sup>5</sup> APORTE: valor a ser pago pelos investimentos na expansão e modernização da REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, nos termos da Cláusula 2.1.2 e do ANEXO 9;



7. O contrato prevê que a Concessionária deve cumprir, no prazo máximo de 05 (cinco) anos, contados a partir do início da Fase III, 05 (cinco) marcos de modernização e efficientização. (Anexo 5 do contrato, subitem 4.41).

8. Para pagamento da contraprestação mensal e do aporte, o Município, na qualidade de Poder Concedente, constituirá em favor da Concessionária a vinculação de recursos provenientes da arrecadação da Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – CCIP, instituída pela Lei Municipal 8.468, de 30 de dezembro de 2002, para o custeio dos serviços de iluminação pública. Essa vinculação é realizada por meio do contrato celebrado com a instituição financeira depositária, Caixa Econômica Federal<sup>6</sup>, que prevê a abertura das Contas Reserva e Vinculada com a finalidade exclusiva de realizar e garantir o pagamento das obrigações pecuniárias assumidas pelo Poder Concedente, ficando os recursos nela depositados vinculados ao contrato de concessão até o final da liquidação das obrigações.

9. Sobre a composição do saldo mínimo da Conta Reserva, o contrato de concessão prevê, subcláusula 5.1. do Anexo 12, que na data de celebração do contrato com a instituição financeira depositária, o Poder Concedente deverá depositar na Conta Reserva, o saldo mínimo equivalente ao somatório do valor do total do aporte previsto no contrato<sup>7</sup> e de valor equivalente a 3 (três) vezes o valor máximo da contraprestação mensal.

10. O pagamento do aporte está condicionado ao efetivo cumprimento dos marcos do Cronograma de Modernização e Efficientização pela Concessionária.

11. Por fim, em termos de procedimento licitatório, a contratação decorreu do Edital SMOBI 005/2016, na Modalidade Concorrência Pública, com critério de seleção da melhor proposta ofertada – menor valor da contraprestação mensal máxima.

<sup>6</sup> O Contrato nº 23/2016 foi celebrado com a Caixa Econômica Federal, em 21 de dezembro de 2016, para gerenciamento das contas, vinculada e reserva, – Processo Administrativo nº 01-169.955/16-63.

<sup>7</sup> O valor total do aporte para modernização e efficientização das unidades de iluminação pública é de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) a ser pago após o cumprimento de cada um dos 05 (cinco) marcos no Cronograma de Modernização e Efficientização. (subcláusula 3.3 do Anexo 9).





12. É o relatório.

## II – Fundamentação

13. O acordo a ser aditado, por meio do Primeiro Termo Aditivo ora analisado, é um contrato administrativo de Parceria Público-Privada – PPP, na modalidade de concessão administrativa, sendo disciplinado pela Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que *"Institui normas gerais para licitação e contratação de Parceria Público-Privada no âmbito da administração pública"*.<sup>8</sup> Tal Diploma define as PPPs, na modalidade de concessão administrativa, como *"...contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens."* (§ 2º, art. 2º).

14. A minuta do Termo Aditivo em apreço promove alterações no instrumento originário que demanda, inicialmente, a análise sobre a possibilidade da mutabilidade do contrato de concessão administrativa especial<sup>9</sup>. Isso porque, sob a égide da Lei nº 11.079/2004<sup>10</sup> (que, por tratar diretamente sobre a licitação e contrato relativos às PPPs, tem natureza de norma específica) não há previsão de alteração dos contratos de concessão administrativa.

15. Segundo a doutrina majoritária, o fato de a Lei nº 11.079/2004 ter contemplado normas específicas para os contratos de PPPs, tais normas não excluem a incidência das gerais, previstas na Lei Federal 8.666/93, sobre o certame licitatório e os contratos

---

<sup>8</sup> A expressão Administração Pública envolve os Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 1º da Lei nº 11.079/2004). A Lei das PPPs tem incidência nacional e aplicabilidade para todos os entes federados.

<sup>9</sup> A doutrina, a exemplo de José dos Santos Carvalho, utiliza o termo "concessão especial" para distinguir essa modalidade de PPP da concessão comum. (*Manual de Direito Administrativo*. 21ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2009.)

<sup>10</sup> A dúvida surge em razão de a Lei 11.079/2004 mencionar expressamente os dispositivos da Lei nº 8.666/93 que são aplicáveis às PPPs. – Vide arts. 5º, VIII e 11, I, da Lei nº 11.079/2004 e, ainda, §3º, art. 3º, do mesmo Diploma, que prevê que os contratos administrativos que não caracterizem concessão comum, patrocinada ou administrativa continuam regidos exclusivamente pela Lei Geral de Licitações e Contratos.





públicos decorrentes, naquilo que aquelas forem omissas. Equivale dizer: naquilo que as leis sobre concessão forem omissas, aplicam-se as normas da Lei 8.666/93, seja quanto ao procedimento da licitação, seja quanto ao contrato. (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Parcerias na Administração Pública. Concessões, Permissões, Franquia, Terceirização e Outras Formas*. 4º ed. São Paulo: Atlas. 2002.p.349).

16. Nas palavras de José dos Santos Carvalho Filho,

... cabe sublinhar inicialmente que as normas consignadas na Lei 11.079/2004 serão as de aplicabilidade primária. Não obstante, incidem, em caráter de aplicabilidade subsidiária, as normas da Lei nº 8.666/93 (a lei mais genérica sobre o assunto) e da lei nº 8.987/95, que, por tratar das concessões em geral, se configura também como lei geral relativamente à Lei 11.079, que regula especificamente as parcerias público-privadas. (*Manual de Direito Administrativo*. 21ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2009. p. 419)

17. Na mesma trilha, Alexandre dos Santos Aragão entende que a Lei 11.079/2004 não dispõe de forma explícita, determinado a aplicação subsidiária da Lei de Licitações. Entretanto, afirma que a Lei nº 8.666/93 *"continua sendo o sistema normativo central das licitações públicas em torno do qual gravitam diversos subsistemas como o da legislação do pregão, o das concessões comuns e, agora, o das licitações das Parceira Público-Privadas. (Direitos dos Serviços Públicos. 2º ed. Rio de Janeiro: Forense. 2008. p. 699).*

18. A mutabilidade dos contratos administrativos é um dos pilares do Direito Administrativo Contratual no sentido de que todo contrato administrativo pode ser alterado com a finalidade de atender ao interesse público, desde que sejam respeitados o direito dos contratados. Tal princípio encontra-se materializado no art. 58, inciso I, da Lei nº 8.666/93, vejamos:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

[...].

§ 1º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

§ 2º Na hipótese do inciso I deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

19. Essa mutabilidade para atendimento do interesse público é cotejada pela garantia do concessionário/contratado ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato.



20. Sobre o tema, José dos Santos Carvalho Filho, ao coadunar com o entendimento doutrinário majoritário, reconhece a existência de cláusulas regulamentares e de cláusulas financeiras nos contratos de concessão, sendo que estas não podem ser alteradas unilateralmente pela Administração, pois estabelecem o conjunto de direitos e deveres das partes, incluindo a remuneração da concessionária. Já aquelas, por se tratarem de normas regulamentares (por disciplinarem o desempenho dos serviços), de caráter geral, normativo, organizacional, podem ser alteradas por critérios administrativos. Em continuidade, citando entendimento de Caio Tácito, conclui que a mutabilidade dos contratos de concessão, *"consiste em reconhecer a supremacia da Administração, quanto à faculdade de inovar, unilateralmente, as normas de serviço, adaptando as estipulações contratuais às novas necessidades e conveniências públicas."* (op. cit., p. 363).

21. Também para Marçal Justen Filho, o contrato administrativo comporta alterações unilaterais e alterações consensuais. Eis o seu entendimento:

Existem certas cláusulas que são mutáveis unilateralmente pela Administração. Já outras somente podem ser alteradas mediante concordância do particular contratado.

As cláusulas mutáveis unilateralmente são aquelas pertinentes à adequação do objeto à satisfação da finalidade buscada por meio da contratação. Isso envolve o projeto e suas decorrências, tais como o local, o material, o prazo, a tecnologia, os quantitativos.

Já as cláusulas mutáveis consensualmente são aquelas que envolvem a alteração do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, o qual não pode ser alterado unilateralmente pela Administração. (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 17ª ed. São Paulo. Revista dos Tribunais. 2016. p. 1.172)

22. Após a breve introdução acima, passamos a análise do Primeiro Termo Aditivo ao contrato de concessão para a prestação de serviços de iluminação pública no Município de Belo Horizonte.

23. Em atendimento ao dever de motivação dos atos, a Superintendência de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP, na qualidade de interveniente do contrato de concessão, por intermédio do Departamento de Gestão de Concessionárias da Diretoria de Manutenção da SUDECAP, apresenta as seguintes justificativas para alterações a serem promovidas no contrato de concessão, por meio do Termo Aditivo ora analisado:





(i) CLÁUSULA 1. DAS ATIVIDADES RELACIONADAS:

**1 - ATIVIDADES RELACIONADAS/RECEITAS ACESSÓRIAS**

Primeiramente, tem-se que foi identificada a conveniência de se alterar o dispositivo contratual que trata do compartilhamento das receitas acessórias/atividades relacionadas. Neste sentido, as receitas acessórias que antes seriam compartilhadas "na proporção de até 10% (dez por cento) da receita bruta apurada na exploração da ATIVIDADE RELACIONADA em favor do PODER CONCEDENTE", passarão a ser compartilhadas "na proporção de no mínimo 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento) da receita bruta apurada na exploração da ATIVIDADE RELACIONADA, em favor do PODER CONCEDENTE". Estabeleceu-se ainda que a proposta de ATIVIDADE RELACIONADA deverá ser apresentada de forma detalhada com os respectivos demonstrativos acerca do investimento previsto, o fluxo de caixa de receitas futuras, taxa de retorno, público alvo, proposta de rateio da receita bruta baseada na repartição igualitária dos lucros, bem como outras informações que forem necessárias ao melhor conhecimento/entendimento do negócio.

Veja-se que tal condição é benéfica ao PODER CONCEDENTE, haja vista que a sua parcela no compartilhamento que antes era de até 10% (dez por cento) da receita bruta passou a ser de no mínimo 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento) da receita bruta, observada a repartição igualitária do lucro. Entende-se, portanto, que as condições contratuais foram distribuídas de forma mais justa, permitindo que a CONCESSIONÁRIA permaneça com ganhos razoáveis pelas atividades relacionadas exploradas sem, contudo, deixar o PODER CONCEDENTE alheio aos ganhos ou que estes sejam ínfimos, tendo a CONCESSIONÁRIA concordado com os novos percentuais.

Além disso, diante da preocupação do PODER CONCEDENTE de fazer de Belo Horizonte uma cidade inteligente ("smart city") e vendo o potencial que a rede de Iluminação Pública e o presente Contrato possuem para melhorar a vida de seus cidadãos, restou prevista a possibilidade da Administração Pública executar direta ou indiretamente as atividades relacionadas que for de seu interesse, na hipótese da CONCESSIONÁRIA não se manifeste no sentido de querer executar. Assim os cidadãos não ficariam desamparados em relação a determinado serviço/atividade caso a CONCESSIONÁRIA se recuse ou fique inerte.

Ainda em relação à preocupação de se ter uma cidade inteligente e com o intuito que o PODER CONCEDENTE não fique impedido de utilizar as instalações da rede e tecnológicas, restou expressamente previsto que o PODER CONCEDENTE poderá fazer uso da rede municipal de iluminação pública, bem como da infraestrutura tecnológica implantada pela CONCESSIONÁRIA, desde que o uso não comprometa as atividades regulares da CONCESSIONÁRIA e que os ônus econômicos decorrentes dessa utilização excepcional sejam arcados pelo próprio PODER CONCEDENTE.

(ii) CLÁUSULA 2. DO SALDO MÍNIMO DA CONTA RESERVA:

**2 - DO SALDO MÍNIMO DA CONTA RESERVA**

O Anexo 9, do CONTRATO, prevê o valor total do Aporte, que perfaz o montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de Reais). Ademais tem-se que o Poder Concedente teria que depositar o importe de R\$ 100 milhões para a composição



da Conta Reserva, na data da celebração do Contrato com a Instituição Financeira Depositária.

Ocorre que em virtude da dificuldade financeira experimentada em âmbito nacional, foi negociado entre as partes signatárias do CONTRATO que a composição da Conta Reserva iria ser feita de maneira diversa da prevista.

Desta feita, quando da assinatura do Contrato com a instituição financeira depositária as partes acordaram que Conta Reserva passaria composta pelo montante equivalente a 3 (três) vezes o valor máximo da contraprestação mensal, acrescido do valor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do APORTE, ou seja, R\$20 milhões e não R\$100 milhões como previamente previsto.

Necessário ressaltar que valor devido pelo Poder Concedente a título de Aporte continuará a ser o mesmo previsto no CONTRATO, sendo que cumpridos cada um dos 5 (cinco) marcos do cronograma de modernização e efficientização pela Concessionária, o PODER CONCEDENTE deverá pagar R\$ 20 milhões por cada, num total de R\$ 100 milhões. Destarte, o que muda é: a Conta Reserva que antes teria o total do valor do Aporte devido, agora passará a ter 20% do total, equivalente a R\$ 20 milhões, acrescido de 3 (três) vezes o valor máximo da contraprestação mensal e o primeiro depósito será feito na data de eficácia do Contrato.

Evidentemente, a desnecessidade do depósito *a priori* do montante total do Aporte trata-se de condição mais favorável à Administração, mas que não se traduz em um prejuízo da CONCESSIONÁRIA, uma vez que o valor a ser pago à mesma permanecerá inalterado.

Observe-se, ainda, que na medida em que o Aporte for sendo pago à CONCESSIONÁRIA, o valor correspondente na conta reserva será recomposto, na mesma proporção de 20% (vinte por cento) do valor do Aporte, até o pagamento do 5º e último marco, quando finda a obrigação contratual de pagamento do Aporte.

Por todo exposto, tem-se que o cenário de crise econômica que se encontra o país motivou o ajuste a composição da Conta Reserva, tendo o ajuste entre as partes signatárias do CONTRATO se traduzido em condições mais favoráveis à Administração.

### (iii) CLÁUSULA 3. DAS DIVERGÊNCIAS QUANTO À CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL:

#### 3 - DAS DIVERGÊNCIAS QUANTO À CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL

Conforme previsto na minuta do aditivo, tem-se que persistindo divergências quanto ao valor da contraprestação mensal, após a conclusão dos trabalhos da Comissão Técnica (que de acordo com o novo cronograma para sua instauração deverá apresentar decisão antes de novo parecer do VERIFICADOR INDEPENDENTE), apenas os valores incontroversos deverão ser regularmente pagos à CONCESSIONÁRIA, sendo que a parte controversa da contraprestação mensal deverá permanecer depositada na conta vinculada até a decisão final do tribunal arbitral.

A cláusula se justifica diante da insegurança quanto a perpetuação de pagamento de valores que as partes não concordem. Ou seja, enquanto antes previa-se que o valor controverso, para mais ou para menos, continuaria a ser pago, agora, havendo controvérsia que a COMISSÃO TÉCNICA não consiga resolver, estes valores passarão a ser reservados na Conta Vinculada até que se cesse a controvérsia. Verifica-se que tal condição preserva as partes quanto a divergências





nos indicadores de desempenho e eventuais equívocos do Verificador Independente.

**(iv) CLÁUSULA 4. DO BÔNUS SOBRE A CONTA DE ENERGIA:**

**4 - DO BÔNUS SOBRE A CONTA DE ENERGIA**

Restou previsto que caso seja comprovada redução superior a 65% (sessenta e cinco por cento) do valor relacionado ao consumo de energia elétrica, o compartilhamento com a CONCESSIONÁRIA, a partir deste percentual de redução, será de 50% (cinquenta por cento) do valor economizado pelo PODER CONCEDENTE.

Pois bem. De forma a mitigar eventual ganho exacerbado da CONCESSIONÁRIA caso, no futuro, exista uma tecnologia capaz de diminuir a conta de energia elétrica a patamares elevadíssimos, incluiu-se que a partir de 65% de redução da conta, o compartilhamento será diminuído de 90% para 50%. Assim, criou-se dois níveis de compartilhamento, sendo que comprovada a redução superior a 49% do valor da conta de energia elétrica até o patamar de 65%, o compartilhamento será de 90% do valor economizado para a CONCESSIONÁRIA. Por sua vez, havendo 65% de redução da conta o compartilhamento, a partir deste patamar, cairá para 50% do valor economizado para a CONCESSIONÁRIA.

**(v) CLÁUSULA 5. DO CRONOGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO**

**5 - DO CRONOGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO**

Ficou estabelecido que a CONCESSIONÁRIA deverá modernizar a rede de iluminação até 31 de dezembro de 2020. Destarte, o que antes estava estabelecido para ser cumprido em 5 anos foi reduzido por acordo de vontades das partes que visualizaram a possibilidade de adiantar os serviços e atender todos os cidadãos do Município em menor prazo e com a mesma qualidade.

**(vi) CLÁUSULA 6. DAS DIRETRIZES DE MODERNIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO**

**6 - DAS DIRETRIZES DE MODERNIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO**

De modo a atender a quem mais precisa de forma mais célere, ficou expressamente estabelecido que a CONCESSIONÁRIA, nos primeiros MARCOS de execução dos serviços, deverá priorizar as áreas mais densas da cidade, com menores níveis educacionais e de renda e/ou apresentem alto índice de ocorrência de crimes e acidentes envolvendo veículos automotores, baseando-se no fato de que estes locais se beneficiariam de efeitos sociais e urbanísticos maiores com uma melhor infraestrutura de ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

**(vii) CLÁUSULA 7. DA ORDEM INICIAL DOS SERVIÇOS**

**7 - DA ORDEM INICIAL DOS SERVIÇOS**

O Conselho Gestor de PPP – CGP, conforme consta em ata do dia 15/03/2017 (anexo), assim deliberou:



"Foi entendido que uma postura séria e responsável impõe que se esgotem os estudos sobre os fundamentos da contratação, o procedimento licitatório e as cláusulas contratuais antes da realização de qualquer novo ato, em especial a emissão da ordem de serviço.

Nesse sentido, o interesse público foi ressaltado, bem como a necessidade, portanto, do adiamento do prazo previsto na cláusula 13.2, sem reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante celebração de aditamento ao contrato.

Assim, restou deliberado que a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, enquanto gestora do contrato, acionará a Concessionária sobre esse entendimento do Município, para que tomem as providências necessárias à tal prorrogação do prazo previsto na Cláusula 13.2 do Contrato, em até 360 dias, contados a partir de 21/03/2017, por meio de Termo Aditivo assinado entre as partes".

Desta forma, consoante ao entendimento do CGP, o Termo Aditivo indica novo prazo para a emissão da Ordem de Serviços e demais obrigações previstas na Cláusula 13.2. do Contrato.

#### (viii) CLÁUSULA 8. DO PLANO DE TRANSIÇÃO

##### 8 – PLANO DE TRANSIÇÃO

As sugestões trazidas pela PRODABEL foram incorporadas ao CONTRATO dentro do PLANO DE TRANSIÇÃO, conforme justificativas já expostas em Nota Técnica do dia 03 de maio de 2017.

A Nota Técnica citada traz a seguinte justificativa para alterar o Plano de Transição<sup>11</sup>:

[...].

Os acréscimos atribuem requisitos técnicos adicionais a serem cumpridos pela CONCESSIONÁRIA, com o objetivo de dar maior garantia para o sucesso da utilização da rede de Iluminação Pública como uma infraestrutura tecnológica, para a implementação de sistemas voltados ao conceito Smart City – Cidades Inteligentes - sem prejuízo dos requisitos técnicos anteriormente especificados.

Os requisitos adicionais facilitarão o compartilhamento da rede de Iluminação Pública com aplicativos e plataformas de soluções de TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação, como camada tecnológica, principalmente do ponto de vista de: capilaridade de captação de sinais e dados, flexibilidade na customização de solução de problemas para melhor atender aos cidadãos, transporte de dados aos Centros de Processamento e apresentação de resultados.

[...].

<sup>11</sup> O Plano de Transição foi apresentado pela Concessionária, conforme previsto na Cláusula 13 - Plano de Transição e Cadastro da rede de Iluminação Pública - 13.1.1. Em até 90 (noventa) dias contados da publicação do extrato do CONTRATO no DOM, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar: 13.1.1.1 PLANO DE TRANSIÇÃO, elaborado na forma do ANEXO 5; [...]



(ix) CLÁUSULA 9. DOS PROCEDIMENTOS DA COMISSÃO TÉCNICA:

9 – DEMAIS PONTOS

Ressalte-se, ainda, que os pontos tratados na Cláusula 9 do Aditivo se tratam apenas de melhorias e pequenas correções na redação do CONTRATO.

Por fim, está expressamente previsto que o valor do CONTRATO será mantido, bem como que as partes renunciam a eventual e qualquer reequilíbrio e/ou indenização em decorrência das alterações.

24. Insta registrar, inicialmente, que a presente análise não enfrenta o mérito das complexas questões técnicas que envolvem a alteração contratual ora proposta. Também não adentra no mérito dos atos anteriores ao presente Termo Aditivo, já que ao seu tempo foram praticados pelas autoridades competentes. Restringe-se, como há de se esperar da análise jurídica da minuta do Primeiro Termo Aditivo, a cumprir a exigência do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, para verificar a plausibilidade da alteração contratual ora proposta e sua compatibilidade com o ordenamento jurídico pátrio.

25. Os contratos de PPP encontram-se em contexto diferenciado daqueles celebrados unicamente com base na Lei nº 8.987/1995 e os celebrados com base na Lei nº 8.666/1993. É que a Lei nº 11.079/2004 traz novo e diferenciado conceito para o bojo dos contratos administrativos que é justamente a possibilidade de as partes pactuarem os ganhos econômicos e os riscos oriundos da contratação.

26. O que se pode perceber é que o presente Termo Aditivo busca redefinir ganhos/riscos inicialmente previstos no contrato, sem qualquer alteração nos valores inicialmente previstos. As partes estão de acordo com tais alterações e, além disso, renunciam expressamente a qualquer pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Ademais, nas análises técnicas que constam dos autos, há expressa afirmação de que as alterações são favoráveis para a Administração Pública e não prejudicam o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

27. Com efeito, da leitura das justificativas apresentadas pela SUDECAP, pode-se inferir que as alterações propostas, baseadas em critérios de razoabilidade, de evolução tecnológica, de adequação à nova situação financeira nacional, de melhoria na qualidade dos serviços e de aprimoramento da técnica redacional das cláusulas, de forma a facilitar





o seu entendimento, visam ajustar o contrato de concessão de iluminação pública ao interesse público e à finalidade da outorga. Tratam-se de alterações que dizem respeito às cláusulas de execução do contrato às quais foram submetidas à anuência da concessionária, para fins de elidir quaisquer dúvidas a respeito do rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. As subcláusulas<sup>12</sup> 11.1 e 11.2 ratificam a concordância das partes no sentido de que as alterações não modificam o valor contratual e nem geram impacto econômico-financeiro ao contrato.

28. Por fim, da análise da minuta do Primeiro Termo Aditivo ao contrato de concessão dos serviços de iluminação pública, conclui-se que as suas cláusulas estão adequadas à finalidade do instrumento de aditamento.

### III – CONCLUSÃO

29. Pelo exposto, manifestamo-nos pela regularidade do aditamento proposto, razão pela qual opinamos pela legalidade da assinatura do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para prestação de serviços de iluminação pública no Município de Belo Horizonte.

30. É a nossa manifestação, ressalvado o juízo de conveniência e oportunidade do Administrador Público, além dos aspectos técnico-econômico-financeiros que fogem a competência deste Parecerista.

31. É o nosso entendimento, *s.m.j.*

Felipe Alexandre Santa Anna Mucci Daniel  
Diretor Jurídico da SUDECAP

Hércules Guerra  
Procurador-Geral Adjunto Tributário

<sup>12</sup> A redação das subcláusulas é a seguinte: 11.1. As partes estão cientes que as alterações de que tratam as cláusulas acima não acarretam alteração do valor do contrato. 11.2. As PARTES declaram que as alterações previstas não geram impacto econômico-financeiro no CONTRATO e, não obstante, renunciam a eventual e qualquer reequilíbrio e/ou indenização neste sentido.